

1 **Ata 03/2026** – No dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, às oito horas e quinze  
2 minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
3 Adolescente (CMDCA), na Sala 2 da Escola de Governo, anexo à Secretaria de Educação, sito  
4 à Rua General Rondon, 2195, Jardim La Salle, para **Reunião Ordinária**, contando com a  
5 presença dos seguintes conselheiros/as GESTÃO 2025-2027: Jeane Deysy Buss, Helena de  
6 Almeida Biet Mayer, Maria Inês Borges Mânica, Viviane Rodrigues de Lima, Magna Marcia  
7 Merlini, Roseli Borges Procksch, Rejane Marlene Linck Neumann, Cleisson Ferreira Morelli,  
8 Kaira Carla Sikora, Sheila Maria Rodrigues Delava, Breno Eduardo Johann e Poliana Alessandra  
9 Donassolo. Registra-se também a presença de: Everton Chaves Maria (Secretaria de  
10 Assistência Social), Cinthia Regina Brun (Secretaria de Assistência Social), Ester Côco  
11 Bragantine (NEDDIJI – UNIOESTE), Vivian Fuhr (NEDDIJI – UNIOESTE), Vanessa Gomes  
12 Wruck (Secretaria da Saúde), Arceli Justen Camargo (Conselho Tutelar I), Cássio Diego  
13 Dorfschmidt (Conselho Tutelar II), Deisy Nagela Gomes Quaiatto (Secretaria de Educação) e  
14 Andressa Camozzato (Secretaria de Educação). A Sra. Kaira inicia a reunião agradecendo a  
15 presença de todos e faz a leitura da **PAUTA**: a) Deliberar pela Ata n.º 2/2026; b) Deliberar pelo  
16 Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao 1º bimestre de 2026;  
17 c) Deliberar pelo Edital de Chamamento Público para repasse dos recursos arrecadados por  
18 meio de destinação do Imposto de Renda ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do  
19 Adolescente (FMDCA); d) Deliberar pela prestação de contas referente à Deliberação nº  
20 04/2023-CEDCA/PR, que trata do “Incentivo para Abordagem Social e Casas de Passagem,  
21 prioritariamente destinadas a indígenas e comunidades tradicionais em trânsito no Paraná”,  
22 compreendendo o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de fevereiro de 2025; e) Deliberar pela  
23 prestação de contas referente à Deliberação nº 78/2022-CEDCA/PR, que dispõe sobre o  
24 “Incentivo ao Apoio à Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso  
25 a produtos de higiene íntima”, compreendendo o período desde o pagamento até 30 de outubro  
26 de 2025; f) Relatos das Comissões de Trabalho do CMDCA; g) Relatos dos representantes do  
27 CMDCA em Comissões e Conselhos. **INFORMES**: a) Curso de Formação aos Conselheiros  
28 Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria do  
29 Desenvolvimento Social e Família; b) Encontro Nacional do Plano Decenal Nacional dos Direitos  
30 Humanos de Crianças e Adolescentes; c) Outros informes. **Item de Pauta A - Deliberar pela**  
31 **Ata n.º 13/2025**: A Sra. Kaira diz que a ata foi enviada previamente para os conselheiros  
32 apreciarem e pergunta se tem alguma consideração, não havendo, coloca o item em deliberação

33 e é aprovado. **Item de Pauta B - Deliberar pelo Relatório de Gestão dos Direitos da Criança**  
34 **e do Adolescente, referente ao 1º bimestre de 2026:** A Sra. Luciana realiza a apresentação  
35 do relatório da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**: Educação Infantil: 176 turmas, 3.147 matrículas;  
36 Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): 385 turmas, 8.473 matrículas; total: 561 turmas, 11.620  
37 matrículas. Integralizar: 37 turmas, 653 matrículas; Integral: 64 turmas, 1.419 matrículas; EJA: 6  
38 turmas, 85 matrículas; Psicopedagogia: 24 turmas, 29 matrículas; NAE D.V.: sem dados; NAE  
39 Surdez: sem dados; Altas habilidades: sem dados; Salas de Recurso Multifuncional: 67 turmas,  
40 81 matrículas; Atividade complementar: 1 turma, 9 matrículas; CIPE Escola: 0 matrículas; CIPE  
41 CMEI: 0 matrículas; total atendimento especial: 119 matrículas; CMEIs Regular: 2.419  
42 matrículas; CMEIs Integral: 811 matrículas; CMEIs AEE: 15 matrículas; total CMEIs: 3.245  
43 matrículas. Total geral SMED: 16.488 matrículas. **QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS -**  
44 **Participação dos profissionais em qualificação:** Teia educacional: a relação entre família, escola  
45 e professores - Renato Casagrande; Especialistas no impossível - Leonardo Farah; O papel da  
46 cultura no processo de aprendizagem - Clefaude Estimable; Formação - Educação Física;  
47 Psicomotricidade e a contribuição no desenvolvimento do processo de alfabetização de crianças  
48 neurodivergentes; Multigestos; Fluência na Leitura - Habilidades preditoras - Aspectos  
49 fonológicos; Desenvolvimento da linguagem e suas interferências; Conhecendo Toledo 2º, 3º e  
50 4º Ano: Nascente do Rio Toledo e Parque dos Pioneiros; Intencionalidade Pedagógica:  
51 Organização e planejamento como condição de aprendizagem; Entre Afetos e Registros:  
52 possibilidades para avaliar numa perspectiva humanizadora; Relacionamento Interpessoal,  
53 trabalho em equipe e comunicação assertiva; Outras formações (16h) sob a responsabilidade  
54 de cada escola e cada CMEI. **AÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES –** Ações realizadas e  
55 objetivos: Reuniões de Conselhos; Chamamento de novos profissionais da educação;  
56 Concessão de PADIs; Reuniões semanais de alinhamento com a equipe pedagógica da SMED;  
57 Levantamento de demandas e Assessoramentos as escolas e CMEIS; Reuniões de alinhamento  
58 com a infraestrutura; Projeto Plantando Futuro; Programa Ler é Legal. Dificuldades encontradas:  
59 sem registro; Avanços observados: Formação continuada para todos da rede da Educação  
60 Municipal; Ampliação das vagas integrais para CMEIS; Concessões de Professores de Apoio a  
61 Inclusão e Diversidade.; Outras informações: sem registros. **IDENTIFICAÇÃO E/OU SUSPEITA**  
62 **DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS –** Tipos de violência: física: 2, psicológica/moral: 2,  
63 negligência/abandono: 71, trabalho infantil: 0, sexual: 1, outras violações: 1; Encaminhamentos  
64 realizados: Conselho Tutelar: 0, Rede de Saúde (UBS, Ambulatório de Saúde Mental, CAPS I,

65 AMI, UPA, PAM, outros): 0, Rede de Educação (SMED, Núcleo da Educação, Escolas, outros):  
66 0, Rede de Assistência Social (CREAS, CRAS, SCFVs, outros):0, Ministério Público: 0, Justiça  
67 da Infância e Juventude: 0, Vigilância Epidemiológica em Saúde (Ficha SINAN): 0. O Sr. Everton  
68 realiza a apresentação do relatório da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROTEÇÃO**  
69 **SOCIAL BÁSICA:** CEGONHA FELIZ: atendidos: janeiro: 55, fevereiro: 72, demanda reprimida:  
70 0; FLORIR TOLEDO: atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 60, demanda reprimida: 17; NACA:  
71 atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 53, demanda reprimida: 2; PROJOVEM ADOLESCENTE:  
72 atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 117, demanda reprimida: 0; UNIDADE SOCIAL SÃO  
73 FRANCISCO: atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 143, demanda reprimida: 56; UNIDADE SOCIAL  
74 COOPAGRO: atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 42, demanda reprimida: 0. ORGANIZAÇÕES DA  
75 SOCIEDADE CIVIL: AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO: atendidos: janeiro: 0, fevereiro:  
76 298, demanda reprimida: 0; CASA DE MARIA: atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 400, demanda  
77 reprimida: 0; LEDI MASS: atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 50, demanda reprimida: 0; ALDEIA  
78 INFANTIL BETESDA: atendidos: janeiro: 27; fevereiro: 80; demanda reprimida: 0. PROTEÇÃO  
79 SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: APAE: atendidos:  
80 janeiro: 5, fevereiro: 19, demanda reprimida: 0. **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA**  
81 **COMPLEXIDADE:** PAEFI Criança: CREAS I e II: atendidos: janeiro: 337, fevereiro: 318;  
82 demanda reprimida: 0. Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade a  
83 Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de  
84 Prestação de Serviços à Comunidade (PSC): CREAS I e II: atendidos: janeiro: 51, fevereiro: 51;  
85 demanda reprimida: 0. Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade Abordagem  
86 Social: CREAS II: atendidos: janeiro: 17, fevereiro: 01; demanda reprimida: 0. APAE: atendidos:  
87 janeiro: 0; fevereiro: 2, demanda reprimida: 0. **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA**  
88 **COMPLEXIDADE:** Serviço de Acolhimento Institucional: janeiro: de 0 a 5 anos: 27 acolhidos, de  
89 6 a 12 anos: 14 acolhidos e de 13 a 18 anos incompletos: 9 acolhidos; fevereiro: de 0 a 5 anos:  
90 28 acolhidos, de 6 a 12 anos: 19 acolhidos e de 13 a 18 anos incompletos: 8 acolhidos, demanda  
91 excedida: 0. Número dos acolhidos por casa na data de 26/01/2026: CAMJ I: 3; CAMJ II: 17;  
92 CAMJ III: 15; CAA: 14. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS: Planejamento; Noções de  
93 Primeiros Socorros; Curso de Atenção a Gestantes – MDS; Capacitação – Aprimoramento dos  
94 Serviços de CREAS; Fraternidade e Moradia; Motivação e um olhar especial para Crianças e  
95 Adolescentes. AÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES: Carnaval em Família – famílias do  
96 PAIF; Passeio a usina do Conhecimento; Fortalecendo a Família; Projeto Cegonha Feliz; Ações

97 diversas com o grupo de gestantes; Oficinas de Educação, Esporte, Cultura, Informática e  
98 Nutrição; Festas de Boas vindas; DIFICULDADES ENCONTRADAS: Inserção de adolescentes  
99 no período matutino; Maior participação e interação entre os participantes nas atividades; Alta  
100 demanda de sofrimento psíquico dos adolescentes do PROJOVEM; Comunicação com  
101 gestantes de outras nacionalidades, especialmente, do Haiti; Baixa adesão das famílias no  
102 Projeto Fortalecendo a Família; Baixa adesão na reunião do mês de janeiro e fevereiro do  
103 Projeto Cegonha Feliz; Falta de envio do relatório por parte dos serviços da Rede, conforme  
104 Protocolo RIPS; Dificuldade de obtenção de informações quando a família reside em outro  
105 Estado; Dificuldades Relacionadas à Estrutura salas pequenas para o desenvolvimento de  
106 atividades, CRAS e Acolhimento; Comunicação com e entre as equipes de trabalho; Atividades  
107 fora do domicílio; Diminuição na adesão de usuários do PAEFI segmento Criança e Adolescente;  
108 Poucos encaminhamentos de referência contrarreferência da rede; Busca ativa e adesão das  
109 famílias; Aumento dos usuários em escolas em tempo integral; Necessidade de reordenamento  
110 dos territórios de abrangência de cada CREAS em virtude das dificuldades de acesso dos(as)  
111 usuários(as); Necessidade constante de capacitação para aprimoramento da execução dos  
112 serviços; Necessidade de aprimoramento da articulação com rede de proteção (principalmente  
113 Saúde Mental); Necessidade de materiais impressos para execução das atividades; AVANÇOS  
114 OBSERVADOS: Maior vinculação com a equipe; Aquisição de novos conhecimentos pelas  
115 gestantes participantes; Acolhimento das dificuldades; Boa participação dos usuários presentes;  
116 Iniciativa das gestantes em acessar direitos; Reflexão e colaboração em relação aos temas  
117 discutidos; Interação entre os adolescentes; Boa interação das famílias no Projeto Fortalecendo  
118 a Família; Maior número de participantes no Projeto Fortalecendo a Família; Procura espontânea  
119 pelo SCFV; Impactos positivos no desenvolvimento integral das crianças – Acolhimento  
120 Institucional; Compreensão e manejo assertivo da equipe de cuidadores em relação às  
121 demandas apresentadas pelas crianças/adolescentes durante o período de acolhimento, e  
122 orientação aos cuidados conforme demanda. Reordenamento dos espaços físicos e horários de  
123 trabalho, para melhor adequação das equipes e atendimentos; 100% dos usuários matriculadas  
124 em escola; 100% dos usuários com documentos pessoais; 100% dos usuários com participação  
125 nas atividades do SCFV e comunitária; 80% de frequência diária dos usuários no SCFV;  
126 Divulgação do trabalho realizado pelo Serviço PAEFI segmento criança e adolescente;  
127 Reconhecimento do serviço, divulgação das questões relacionadas à situação de violências e  
128 informações sobre como denunciar as situações de violência; Desmistificação da função dos

129 serviços e órgãos de acolhimento institucional e Conselho Tutelar; Articulações com Rede de  
130 Proteção buscando ações intersetoriais para atendimento integral das demandas das famílias;  
131 Equipes técnicas qualificadas para execução do acompanhamento das famílias; Boa  
132 comunicação entre e equipes, bem como suporte por parte da coordenação no  
133 acompanhamento das demandas das equipes. IDENTIFICAÇÃO E/OU SUSPEITA DE  
134 VIOLAÇÕES DE DIREITOS: Tipos de violência: violência física: 5; psicológica/moral: 04;  
135 negligência/abandono: 22; trabalho infantil: 6; violência sexual: 12; outras violações de direitos:  
136 3. Encaminhamentos realizados: Conselho Tutelar: 25, Rede de Saúde (UBS, Ambulatório de  
137 Saúde Mental, CAPS I, AMI, UPA, PAM, outros): 30, Rede de Educação (SMED, Núcleo da  
138 Educação, Escolas, outros): 18, Rede de Assistência Social (CREAS, CRAS, SCFVs, outros):  
139 23, Ministério Público: 7, Justiça da Infância e Juventude: 21, Vigilância Epidemiológica em  
140 Saúde (Ficha SINAN): 5, NEDDIJ: 1, Rede de Proteção de outros municípios: 0. A Sra. Maria  
141 Inês questionou a ausência dos dados referentes à Casa de Passagem. Em resposta, o Sr.  
142 Everton informou que, atualmente, não está havendo acolhimento de famílias no local. Diante  
143 disso, a Sra. Maria Inês indagou acerca dos procedimentos adotados quando há necessidade  
144 de atendimento e quais encaminhamentos vêm sendo realizados. A Sra. Rejane esclareceu que,  
145 após análise do espaço físico, identificou-se que o local não apresenta condições adequadas e  
146 seguras para o atendimento simultâneo de mulheres, crianças e homens acolhidos. Assim, no  
147 momento, a Casa de Passagem realiza apenas atendimento ao público masculino em situação  
148 de passagem pelo município. Informou ainda que estão sendo realizadas reformas no espaço,  
149 com previsão de ampliação da estrutura e possibilidade de retomada futura do atendimento ao  
150 público feminino. Quanto ao atendimento de crianças e adolescentes, a Sra. Rejane destacou  
151 que o serviço é considerado inviável nas condições atuais, tendo em vista que, a depender da  
152 faixa etária, seria necessário atendimento mais específico, o qual não é ofertado no local.  
153 Acrescentou, ainda, que existe atendimento realizado pelo albergue, que é não governamental,  
154 o qual possibilita a permanência conjunta das famílias. A Sra. Maria Inês manifestou  
155 preocupação com a situação, ressaltando que houve grande mobilização para implantação da  
156 Casa de Passagem e que o serviço não deveria ser deixado de lado. Destacou, ainda, que em  
157 visita realizada anteriormente constatou que o atendimento vinha sendo executado com equipe  
158 técnica. Na sequência, a Sra. Arceli relatou que o Conselho Tutelar enfrenta dificuldades  
159 relacionadas a essas situações, especialmente nos casos de mulheres vítimas de violência  
160 doméstica que são mães protetivas. Destacou que, nesses casos, busca-se evitar o acolhimento

161 institucional das crianças, porém muitas vezes a mãe não dispõe de local seguro para onde  
162 possa ser encaminhada juntamente com os filhos. Questionou, então, acerca da disponibilidade  
163 de vagas no albergue mencionado. Em resposta, a Sra. Rejane informou não possuir o  
164 quantitativo exato de vagas, mas afirmou que já foram realizados encaminhamentos e  
165 atendimentos no local. A Sra. Maria Inês questionou se o albergue integra a rede SUAS, sendo  
166 esclarecido pela Sra. Rejane que não compõe a rede socioassistencial do Sistema Único de  
167 Assistência Social. Por fim, a Sra. Maria Inês ressaltou a necessidade de cautela em relação à  
168 rede SUAS, destacando que entidades que não a integram não devem ser acompanhadas  
169 enquanto instituições pertencentes à rede socioassistencial. O Sr. Cleisson realiza a  
170 apresentação do relatório da **SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER**: Programa Mais Vôlei –  
171 Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 295; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0; Programa Gol  
172 de Mãe – Handebol - Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 100; Demanda reprimida: janeiro: 0,  
173 fevereiro: 0; Programa Nade Toledo - Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 560; Demanda reprimida:  
174 janeiro: 1020, fevereiro: 1020; Programa Esportivo Futsal Feminino - Atendidos: janeiro: 0,  
175 fevereiro: 250; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0; Programa Amor e Compromisso –  
176 Basquete Feminino - Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 60; Demanda reprimida: janeiro: 0,  
177 fevereiro: 0; Programa Cestinha – Basquete Masculino - Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 320;  
178 Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0; Programa Geração Olímpica – Judô - Atendidos:  
179 janeiro: 0, fevereiro: 160; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0; Programa Atleta do Futuro  
180 – GR - Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 180; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0;  
181 Programa Ginástica Artística: Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 75 ; Demanda reprimida: janeiro:  
182 0, fevereiro: 0; Programa Futebol de Campo: Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 180; Demanda  
183 reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0; Programa de Futsal Masculino: Atendidos: janeiro: 0, fevereiro:  
184 340; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0; Programa de Tênis de Mesa: Atendidos:  
185 janeiro: 0, fevereiro: 180; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0; Programa Capoeira:  
186 Atendidos: janeiro: 0, fevereiro: 300; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0; Programa  
187 Brinca Toledo: Atendidos: janeiro: 10.658, fevereiro: 2660; Demanda reprimida: janeiro: 0,  
188 fevereiro: 0. A Sra. Arceli realiza a apresentação do relatório do **CONSELHO TUTELAR I**:  
189 Atendidos janeiro: 44, fevereiro: 44; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 22.  
190 **QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS** – Não houveram qualificações no período. **AÇÕES E**  
191 **INFORMAÇÕES RELEVANTES** – Ações realizadas e objetivos: 9 Estudos em Rede – troca de  
192 informação sobre casos específicos e acompanhados pela rede de proteção; 1 Estudo de

193 Desligamento de crianças e adolescentes – casa abrigo Palestra no CERTI para CMEIS –  
194 atribuições e demandas do Conselho Tutelar. 2 Audiências - Instrução e Julgamento; 9 Reuniões  
195 de Colegiado; Reunião Ordinária CMDCA; Reunião Secretaria de Assistência Social –  
196 alinhamento da atuação conjunta Reunião Secretaria Pública Municipal – Guarda Municipal –  
197 alinhamento da atuação conjunta. Dificuldades encontradas: Adesão aos encaminhamentos;  
198 Compreensão das atribuições do CT; Falta da Rede de Assistência 24 horas; Rotatividade nas  
199 equipes da rede de proteção; Falta de representantes nos estudos em rede (saúde/educação);  
200 Aumento dos casos de drogadição dos pais/responsáveis; Aumento das apreensões dos  
201 genitores; Dificuldade nos atendimentos às mães solo em situação de rua/violência doméstica.  
202 Avanços observados: Ações efetivas com a rede de proteção através dos estudos em rede.  
203 Outras informações: não há. IDENTIFICAÇÃO E/OU SUSPEITA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS  
204 – Tipos de violência: física: 11, psicológica/moral: 12, negligência/abandono: 39|25, trabalho  
205 infantil: 1, sexual: 25, saúde: 44, evasão escolar: 10, drogadição: 17, outras violações: gestante:  
206 4; Encaminhamentos realizados: Conselho Tutelar: 0, Rede de Saúde (UBS, Ambulatório de  
207 Saúde Mental, CAPS I, AMI, UPA, PAM, outros): 27, Rede de Educação (SMED, Núcleo da  
208 Educação, Escolas, outros): 1, Rede de Assistência Social (CREAS, CRAS, SCFVs, outros): 46,  
209 Ministério Público: 8, Justiça da Infância e Juventude: 4, Justiça da Família e Sucessões: 1,  
210 Vigilância Epidemiológica em Saúde (Ficha SINAN): 0. RELATÓRIO DO PROTOCOLO  
211 001/2016 – APLICAÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL  
212 PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Número de Acolhimentos realizados pelo Conselho  
213 Tutelar: 7, sendo Emergenciais: 4 e Determinado pelo Poder Judiciário, com participação do  
214 Conselho Tutelar: 3. Locais em que foram executados os acolhimentos institucionais: 3 Escola  
215 da criança/adolescente, 4 Outros. Se o acolhimento foi realizado em instituição pública, quais os  
216 profissionais que acompanharam ou estiveram cientes do ato do acolhimento? coordenação ou  
217 direção: 3, outros: 4. Em caso de acolhimento de urgência, a decisão foi tomada em consenso  
218 pelos conselheiros tutelares? Sim. Número de violações que foram identificadas (Item 4.6)?  
219 Abandono: 1, Castigo físico, tratamento cruel ou degradante: 3, Tratamento desumano, violento,  
220 aterrorizante, vexatório ou constrangedor: 3, Abuso sexual/exploração sexual: 0, Ato contrário à  
221 moral e bons costumes (ambiente de prostituição, exposição a atos ilícitos, crimes ou pessoas  
222 com dependência química): 6, Higiene precária e outras questões de saúde: 3, Negligência: 7.  
223 Quais providências foram adotadas antes do acolhimento de urgência, visando evitar o ato? 7  
224 contato com VIJ, MP; 7 contato com o CREAS I; 4 pesquisa na família extensa e ampliada com

225 ausência de pessoas; 3 Afastamento da criança do local de violência, mas manutenção na  
226 família. Outras providências: 0, Não foram realizadas providências antes do acolhimento: 1.  
227 Quais medidas de proteção foram aplicadas? Inclusão em programa oficial ou comunitário de  
228 auxílio, orientação e tratamento alcoólatras e toxicômanos; Família foi encaminhada a rede de  
229 proteção Ministério Público e Judiciário. O Sr. Cássio realiza a apresentação do relatório do  
230 **CONSELHO TUTELAR II**: Atendidos janeiro: 60, fevereiro: 78; Demanda reprimida: janeiro: 12,  
231 fevereiro: 17. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS – não houveram qualificações no período.  
232 **AÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES** – Ações realizadas e objetivos: Estudos em Rede –  
233 troca de informação sobre casos específicos e acompanhados pela rede de proteção; 2  
234 Audiências; 9 Reuniões de Colegiado; Reunião Ordinária CMDCA, Reunião Secretaria de  
235 Assistência Social – alinhamento da atuação conjunta; Reunião Secretaria Pública Municipal –  
236 Guarda Municipal – alinhamento da atuação conjunta. Dificuldades encontradas: adesão aos  
237 encaminhamentos; compreensão das atribuições da rede de proteção e população geral; falta  
238 da rede de assistência 24 horas; sem ADM; Conselheiro a menos por um período. Avanços  
239 observados: não há. Outras informações: não há. IDENTIFICAÇÃO E/OU SUSPEITA DE  
240 VIOLAÇÕES DE DIREITOS – Tipos de violência: física: 11, psicológica/moral: 14,  
241 negligência/abandono: 34|6, trabalho infantil: 0, sexual: 8, saúde: 12, evasão escolar: 84,  
242 drogadição: 12, outras violações: gestante: 5; Encaminhamentos realizados: Conselho Tutelar:  
243 3, Rede de Saúde (UBS, Ambulatório de Saúde Mental, CAPS I, AMI, UPA, PAM, outros): 27,  
244 Rede de Educação (SMED, Núcleo da Educação, Escolas, outros): 9, Rede de Assistência  
245 Social (CREAS, CRAS, SCFVs, outros): 32, Ministério Público: 16, Justiça da Infância e  
246 Juventude: 7, Justiça da Família e Sucessões: 1, Vigilância Epidemiológica em Saúde (Ficha  
247 SINAN): 0. RELATÓRIO DO PROTOCOLO 001/2016 – APLICAÇÃO DA MEDIDA  
248 PROTETIVADE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:  
249 Número de Acolhimentos realizados pelo Conselho Tutelar: 3, sendo Emergenciais: 1 e  
250 Determinado pelo Poder Judiciário, com participação do Conselho Tutelar: 2. Locais em que  
251 foram executados os acolhimentos institucionais: sem registro. Se o acolhimento foi realizado  
252 em instituição pública, quais os profissionais que acompanharam ou estiveram cientes do ato do  
253 acolhimento? Sem registro. Em caso de acolhimento de urgência, a decisão foi tomada em  
254 consenso pelos conselheiros tutelares? Sem registro. Número de violações que foram  
255 identificadas (Item 4.6)? Sem registro. Quais providências foram adotadas antes do acolhimento  
256 de urgência, visando evitar o ato? Sem registro. A Sra. Vanessa realiza a apresentação do

257 relatório da **SECRETARIA DE SAÚDE**: REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE –  
258 Atendimentos em UBS: Atendidos: janeiro: 3631, fevereiro: 4057; Consultas: janeiro: 4231,  
259 fevereiro: 4671. Atendimentos odontológicos: atendidos janeiro: 1238, fevereiro: 1176;  
260 procedimentos: janeiro: 4328, fevereiro: 4294. Saúde Bucal no PSE: atendidos: janeiro: 0,  
261 fevereiro: 301; atividades educativas: janeiro: 0, fevereiro: 11. Ambulatório Materno Infantil –  
262 AMI: atendidos: janeiro: 364, fevereiro: 303; consultas: janeiro: 370, fevereiro: 313. Exames  
263 laboratoriais e não laboratoriais: Procedimentos: janeiro: 2130 exames laboratoriais e 305  
264 exames não laboratoriais, fevereiro: 275 exames laboratoriais e 352 exames não laboratoriais;  
265 Atendidos: janeiro: 354|332, fevereiro: 1809|271; demanda reprimida: : janeiro: 275, fevereiro:  
266 297. Aplicação de Vacinas: janeiro: 5865 vacinas aplicadas e 2872 atendidos; fevereiro: 4625  
267 vacinas aplicadas e 2304 atendidos. REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE –  
268 Atendimentos Central de Especialidades e CISCOPAR: quantidade de consultas: janeiro: 1446,  
269 fevereiro: 1533; demanda reprimida: janeiro: 5101, fevereiro: 4778. Atendimentos TFD:  
270 quantidade de consultas: janeiro: 1, fevereiro: 8; demanda reprimida: janeiro: 390, fevereiro: 376.  
271 Centro de fisioterapia e reabilitação infantil: Atendimentos: janeiro: 56, fevereiro: 81; Atendidos:  
272 janeiro: 21, fevereiro: 26. Centro Especializado em Reabilitação – CER II: Atendimentos: janeiro:  
273 837, fevereiro: 1130; Atendidos: janeiro: 318, fevereiro: 468. REDE DE ATENÇÃO À URGÊNCIA  
274 E EMERGÊNCIA – Unidade de Pronto Atendimento - UPA: Atendidos: janeiro: 1686, fevereiro:  
275 1992; Consultas: janeiro: 2212, fevereiro: 2696. Pronto Atendimento Municipal - PAM: Atendidos:  
276 janeiro: 195, fevereiro: 213; Consultas: janeiro: 239, fevereiro: 258. REDE DE ATENÇÃO À  
277 SAÚDE MENTAL – CAPS i: Atendidos: janeiro: 379, fevereiro: 394; Atendimentos: janeiro: 1013,  
278 fevereiro: 1100; Demanda reprimida: janeiro: 116, fevereiro: 116. Ambulatório de Saúde Mental  
279 – ASM: Atendidos: janeiro: 114, fevereiro: 138; Atendimentos: janeiro: 234, fevereiro: 247;  
280 Demanda reprimida: janeiro: 305, fevereiro: 342. SERVIÇOS COM GESTÃO ESTADUAL –  
281 APAE: Atendidos: janeiro: 15, fevereiro: 46; Demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0.  
282 Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná – HOESP: Internamentos 0 a 12 anos:  
283 janeiro: 62, fevereiro: 57; Internamentos 13 a 17 anos: janeiro: 19, fevereiro: 10. Banco de Leite  
284 Humano: atendimentos: janeiro: 1698, fevereiro: 1530; curso para casais: janeiro: 7, fevereiro:  
285 5; avaliação da mamada: janeiro: 0, fevereiro: 0; palestra fora do BLH: janeiro: 0, fevereiro: 13;  
286 visita/coleta domiciliar: janeiro: 94, fevereiro: 79. Assistência social e psicologia: atendimentos:  
287 janeiro: 81, fevereiro: 67 atendimentos. UTI Neonatal: taxa de ocupação de leitos – janeiro:  
288 96,77%; fevereiro: 91,88%; média do bimestre: 94,32%; média do bimestre anterior: 88,40%.

289 Média de pacientes por dia – janeiro: 10,65%; fevereiro: 10,11%; média do bimestre: 10,38%;  
290 média do bimestre anterior: 9,72%. Média de permanência – janeiro: 9,17%; fevereiro: 8,58%;  
291 média do bimestre: 8,87%; média do bimestre anterior: 9,75%. O Sr. Milton faz a apresentação  
292 do relatório da **SECRETARIA DA FAZENDA:** Rendimentos: R\$ 16.663,99;  
293 Doações/Restituições/Multas: R\$ 300,00; Total bimestre: R\$ 16.963,99. Orçamento Criança e  
294 Adolescente (OCA): A Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social utilizou  
295 aproximadamente R\$ 716.000,00, dos quais 7,4% correspondem a recursos do OCA; A  
296 Secretaria da Cultura utilizou aproximadamente R\$ 190.000,00, dos quais 15,3% correspondem  
297 a recursos do OCA; A Secretaria da Educação utilizou aproximadamente R\$ 37.000.000,00, dos  
298 quais 16,1% correspondem a recursos do OCA; A Secretaria de Esportes e Lazer utilizou  
299 aproximadamente R\$ 962.000,00, dos quais 19,1% correspondem a recursos do OCA; A  
300 Secretaria da Saúde utilizou aproximadamente R\$ 1.260.000,00, dos quais 15,7%  
301 correspondem a recursos do OCA; A Secretaria de Assistência Social utilizou aproximadamente  
302 R\$ 4.152.000,00, dos quais 21,2% correspondem a recursos do OCA. Saldo das Contas: Caixa  
303 Econômica: R\$ 18.049,77; Banco do Brasil R\$ 1.589.449,69; Total R\$1.607.499,46. O Sr. Breno  
304 apresenta o relatório da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL:**  
305 **INFÂNCIA, JUVENTUDE, PESSOA IDOSA E FAMÍLIA:** Centro da Juventude Mariana Von  
306 Borstel – CJU Jardim Coopagro (12 a 18 anos): atendidos: janeiro: 35, fevereiro: 87; demanda  
307 reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 0. **QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS -Técnicos**  
308 **Desportivos** participaram de capacitação na SMEL. **AÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES**  
309 – Ações realizadas e objetivos:Roda de conversa e oficinas sobre gravidez da adolescência e  
310 ISTs; Roda de conversa sobre saúde mental; Visita ao Show Rural de Cascavel; Oficina de  
311 Saboaria (Itaipu) Dificuldades encontradas: Retorno dos adolescentes e jovens para matrícula  
312 e rematricula de 2025; Retorno dos adolescentes e jovens para matrícula e rematricula de 2025;  
313 Falta de servidores; Falta de segurança no espaço; Falta de servidores; Falta de segurança no  
314 espaço. Avanços observados: sem registro. Outras informações: sem registro.  
315 **IDENTIFICAÇÃO E/OU SUSPEITA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS** – Tipos de violência: física:  
316 sem registro, psicológica/moral: 1, negligência/abandono: sem registro, trabalho infantil: sem  
317 registro, sexual: sem registro, outras violações: sem registro; Encaminhamentos realizados:  
318 Conselho Tutelar: sem registro, Rede de Saúde (UBS, Ambulatório de Saúde Mental, CAPS I,  
319 AMI, UPA, PAM, outros): sem registro, Rede de Educação (SMED, Núcleo da Educação,  
320 Escolas, outros): sem registro, Rede de Assistência Social (CREAS, CRAS, SCFVs, outros):

321 sem registro, Ministério Público: sem registro, Justiça da Infância e Juventude: sem registro,  
322 Vigilância Epidemiológica em Saúde (Ficha SINAN): sem registro. Centro da Juventude Márcio  
323 Antonio Bombardelli – CJU Jardim Europa (12 a 18 anos): atendidos: janeiro: 231, fevereiro:  
324 231; demanda reprimida: janeiro: 0, fevereiro: 12. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS -  
325 Formação Anual continuada (Secretaria do Esporte); AÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES  
326 – Ações realizadas e objetivos: Abertura oficial das atividades de 2026; Apresentação do  
327 planejamento anual do programa; Dinâmicas de integração e socialização; Recepção dos novos  
328 integrantes do programa; Reflexão pessoal atividade “Mapa dos Sonhos”; Eixos trabalhados:  
329 trabalho/carreira, lazer, relações sociais, saúde e bem-estar; Avaliação e acordos coletivos;  
330 Avaliação de satisfação das atividades de 2025; Coleta de sugestões para 2026; Elaboração  
331 coletiva do Contrato de Convivência (regras e acordos do ano); Formação em saúde - Parceria  
332 com UBS Santa Clara IV - Tema: Fevereiro Neon com foco: prevenção da gravidez na  
333 adolescência e saúde do adolescente; Visita técnica Show Rural Coopavel 2026; Atividade sobre  
334 cultura brasileira com ênfase no carnaval; Oficina de Fanzine; Produção audiovisual e  
335 sustentabilidade - gravação de vídeo em parceria com Linha Ecológica/Itaipu. Dificuldades  
336 encontradas: Limitação de recursos materiais; Adesão dos adolescentes; e Dificuldade de  
337 logística (falta de um servidor para o cargo de motorista). Avanços observados: Qualidade na  
338 execução das ações promovidas; Adesão por parte das famílias sempre que solicitado; e  
339 Parcerias com novos equipamentos da rede, possibilitando atendimentos de qualidade. Outras  
340 informações: sem registro. IDENTIFICAÇÃO E/OU SUSPEITA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS  
341 – Tipos de violência: física: sem registro, psicológica/moral: sem registro, negligência/abandono:  
342 sem registro, trabalho infantil: sem registro, sexual: sem registro, outras violações: sem registro;  
343 Encaminhamentos realizados: Conselho Tutelar: , Rede de Saúde (UBS, Ambulatório de Saúde  
344 Mental, CAPS I, AMI, UPA, PAM, outros): sem registro, Rede de Educação (SMED, Núcleo da  
345 Educação, Escolas, outros): sem registro, Rede de Assistência Social (CREAS, CRAS, SCFVs,  
346 outros): , Ministério Público: sem registro, Justiça da Infância e Juventude: sem registro,  
347 Vigilância Epidemiológica em Saúde (Ficha SINAN): sem registro. A Sra. Kaira coloca o item em  
348 deliberação e é **aprovado. Item de Pauta C - Deliberar pelo Edital de Chamamento Público**  
349 **para repasse dos recursos arrecadados por meio de destinação do Imposto de Renda ao**  
350 **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA):** a Sra. Kaira faz a  
351 leitura de alguns pontos do Edital, e esclarece que parte dos itens marcados no documento  
352 refere-se a informações que serão atualizadas posteriormente à aprovação, como numeração

353 de resoluções, comissão de análise e seleção de projetos e demais ajustes formais. Foi  
354 informado que as alterações no edital decorrem de atualização normativa realizada pelo  
355 Controle Interno, sendo este o primeiro chamamento a seguir a nova instrução normativa  
356 vigente, em substituição à normativa anterior utilizada no ano precedente. Apresentou-se o valor  
357 total previsto para o chamamento, fixado em R\$ 1.600.000,00, bem como os critérios alinhados  
358 à resolução já aprovada pelo Conselho. Em relação aos prazos, propôs-se a manutenção do  
359 modelo adotado no ano anterior, com execução dos projetos até 28 de fevereiro de 2027 e  
360 vigência final até 30 de abril de 2027, sem possibilidade de prorrogação, salvo em casos  
361 excepcionais previstos em normativa. Durante a discussão, foi sugerida pela Sra. Magna a  
362 inclusão de novo eixo voltado à qualificação profissional de adolescentes, com possibilidade de  
363 inserção de ações relacionadas à profissionalização. A Sra. Kaira sugere que, considerando um  
364 dos eixos da conferência, inserir ações voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil. A  
365 proposta foi submetida à apreciação e aprovada pelos conselheiros, ficando deliberado que a  
366 redação final do item seria definida posteriormente, por meio de consulta ao grupo de WhatsApp  
367 dos membros do Conselho. A Sra. Kaira informa no que se refere à natureza de despesa, foi  
368 realizado ajuste solicitado pelo Controle Interno quanto à codificação, a ser corrigida no  
369 documento final. Apresentou ainda proposta de supressão do item relacionado ao cálculo por  
370 carga horária, mantendo-se a metodologia de repasse per capita, definida com base no número  
371 de atendidos, visando maior eficiência, proporcionalidade e adequação orçamentária. A  
372 utilização do valor per capita foi justificada como mecanismo que assegura equidade na  
373 distribuição dos recursos e melhor controle dos gastos públicos. Também foram realizadas  
374 adequações no instrumento de avaliação dos projetos, visando maior alinhamento com o modelo  
375 de plano de trabalho e maior celeridade no processo de análise. Quanto à prestação de contas,  
376 optou-se por simplificar a redação do edital, remetendo diretamente à Instrução Normativa do  
377 Controle Interno, evitando redundâncias e possíveis interpretações equivocadas. Por fim, foram  
378 apresentadas orientações quanto à elaboração dos diagnósticos pelas entidades proponentes,  
379 destacando a importância da utilização de dados atualizados e coerentes com a realidade do  
380 público atendido. A Sra. Kaira coloca o item em deliberação e é **aprovado**. Acresce-se à  
381 presente ata que, após manifestação dos conselheiros, restou definida a seguinte redação,  
382 conforme sugestão da equipe da SDHS: **“3.5 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO NO TRABALHO E**  
383 **DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO 3.5.** Poderão ser selecionadas propostas que tenham  
384 como eixo: I – Ações inovadoras e/ou complementares de enfrentamento ao trabalho infantil

385 voltadas a adolescentes; II – Atividades com adolescentes que tenham por finalidade  
386 orientações sobre direitos relacionados à profissionalização e o desenvolvimento da autonomia,  
387 com respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.” A Sra. Maria Inês sugeriu a  
388 supressão do item I, porém, pela maioria dos votos, deliberou-se pela manutenção de ambos os  
389 itens. Ainda, a Sra. Maria Inês propôs alteração da redação do item II, passando a constar:  
390 “Atividades com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que tenham por finalidade  
391 orientações sobre direitos relacionados à profissionalização, o desenvolvimento da autonomia,  
392 com respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com foco na inclusão social.”  
393 Submetida à apreciação, a proposta de alteração não foi aprovada, permanecendo a redação  
394 original do item II. **Item de Pauta D - Deliberar pela prestação de contas referente à**  
395 **Deliberação nº 04/2023-CEDCA/PR, que trata do “Incentivo para Abordagem Social e**  
396 **Casas de Passagem, prioritariamente destinadas a indígenas e comunidades tradicionais**  
397 **em trânsito no Paraná”, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de**  
398 **dezembro de 2025:** A Sra. Cinthia informou que a apresentação realizada refere-se à prestação  
399 de contas de recurso vinculado à política de assistência social, esclarecendo que, no município,  
400 há divisão administrativa, sendo que uma secretaria centraliza a gestão de diversos fundos,  
401 como o da criança e adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência. Destacou que, embora  
402 haja divisão administrativa, as políticas voltadas às crianças e adolescentes são de  
403 responsabilidade de todos os setores, podendo haver prestação de contas em diferentes  
404 conselhos, conforme a origem do recurso. Informou que o Conselho Estadual dos Direitos da  
405 Criança e do Adolescente, no ano de 2023, destinou recurso específico aos municípios que  
406 realizaram atendimento a crianças e adolescentes indígenas ou pertencentes a comunidades  
407 tradicionais. Esclareceu que, no município, o público identificado dentro desse critério  
408 correspondeu principalmente a crianças de comunidade cigana. Informou que o recurso era  
409 destinado especificamente ao atendimento de crianças e adolescentes indígenas e de  
410 comunidades tradicionais, e que a presente apresentação corresponde à prestação de contas  
411 final, considerando a conclusão da execução do recurso. Informou que o município foi  
412 contemplado em razão da existência, no âmbito da assistência social, de serviços voltados ao  
413 atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, incluindo abordagem social e casa  
414 de passagem, os quais realizaram atendimentos ao público previsto. Esclareceu que, embora o  
415 recurso esteja vinculado ao Fundo da Criança e do Adolescente, sua execução e gestão  
416 ocorreram por meio da política de assistência social, responsável pelos serviços executados.

417 Informou que realizou breve recapitulação do objeto do recurso, considerando que nem todos  
418 os conselheiros participavam à época da adesão. Esclareceu que o recurso teve como objeto o  
419 incentivo aos serviços de abordagem social e casa de passagem, destinados ao atendimento  
420 de crianças e adolescentes acompanhados de suas famílias, prioritariamente indígenas e de  
421 comunidades tradicionais em trânsito no Estado do Paraná. Informou que os recursos tiveram  
422 como objetivo a execução e o aprimoramento dos serviços de média complexidade, como  
423 abordagem social, e de alta complexidade, como acolhimento institucional e casa de passagem.

424 Art. 7º Serão contemplados pela Deliberação os municípios dispostos no Anexo I, conforme a  
425 seguinte disposição: §1º O valor de referência do repasse será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil  
426 reais) para cada unidade de Casa de Passagem do município, conforme CENSO SUAS 2021;  
427 §2º Será repassado o valor complementar de R\$ 111.428,00 (cento e onze mil, quatrocentos e  
428 vinte e oito reais) por unidade de atendimento que atendeu especificamente indígenas e povos  
429 tradicionais, conforme CENSO SUAS 2021. Da fonte dos recursos: ANEXO I: Município de  
430 Toledo – 1 unidade de Casa de Passagem, 1 unidade de atendimento a indígenas e povos  
431 tradicionais, com valor de referência de R\$ 60.000,00, valor complementar de R\$ 111.428,00,  
432 totalizando R\$ 171.428,00. PERÍODO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: ANUAL – 2025:  
433 RESUMO EXECUTIVO – Incentivo para Abordagem Social e Casas de Passagem  
434 prioritariamente indígenas e comunidades tradicionais em trânsito no Paraná: valor previsto a  
435 ser repassado pelo FIA-PR de R\$ 171.428,00, valor recebido de R\$ 0,00 e valor gasto de R\$  
436 75.500,00. A SABER: sobre a execução total do recurso aderido por este CMDCA e executado  
437 em 2024-2025: RESUMO EXECUTIVO – Incentivo para Abordagem Social e Casas de  
438 Passagem prioritariamente indígenas e comunidades tradicionais em trânsito no Paraná: no  
439 exercício de 2024, valor previsto a ser repassado pelo FIA-PR de R\$ 171.428,00, valor recebido  
440 de R\$ 0,00 e valor gasto de R\$ 112.400,00; no exercício de 2025, valor previsto a ser repassado  
441 pelo FIA-PR de R\$ 171.428,00, valor recebido de R\$ 0,00 e valor gasto de R\$ 75.500,00;  
442 execução total do recurso no valor de R\$ 187.900,00. A Sra. Kaira coloca o item em deliberação  
443 e é **aprovado. Item de Pauta E - Deliberar pela prestação de contas referente à Deliberação**  
444 **nº 78/2022-CEDCA/PR, que dispõe sobre o “Incentivo ao Apoio à Promoção dos Direitos**  
445 **da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de higiene íntima”,**  
446 **compreendendo o período desde o pagamento até 30 de outubro de 2025:** A Sra. Kaira faz  
447 a apresentação da prestação de contas: VALOR DO REPASSE: 50.000,00. Metas: 800. R\$  
448 62,50 por meta. PRESTAÇÃO DE CONTAS (do pagamento até 30 de outubro de 2025): durante

449 o período foi realizado o pregão para a aquisição dos produtos de higiene íntima e a entrega dos  
450 produtos pelas empresas ocorreu em novembro, após isso foi realizado o pagamento, que  
451 constará em prestação de contas futura. Portanto, até outubro/2025 não houve despesas, as  
452 quais iniciaram em novembro/2025. Produtos (dermatologicamente testados): absorvente  
453 higiênico com abas, pacote com 8 unidades, máxima absorção, fórmula que neutraliza odores;  
454 absorvente noturno, pacote com 8 unidades, máxima absorção, fórmula que neutraliza odores;  
455 condicionador 350 ml; shampoo 350 ml; creme dental anticárie com flúor, tripla proteção contra  
456 cárie, mau hálito e manchas, aprovado pela Associação Brasileira de Odontologia, embalagem  
457 com no mínimo 90 g; escova dental adulto, cerdas macias com pontas arredondadas;  
458 desodorante aerosol; sabonete hidratante pH neutro, antibacteriano, 90 g. Item sacola: nenhuma  
459 empresa interessada compareceu para participar do certame, para não atrasar o início da  
460 distribuição optou-se por outra alternativa, fruto do esforço coletivo. SALDOS: rendimento até  
461 outubro/25 foi de R\$5.623,19. A Sra. Kaira coloca o item em deliberação e **é aprovado. Item**  
462 **de Pauta F – Relatos das Comissões de Trabalho:** Comissão Técnica, de Registro e Inscrição:  
463 não há; Comissão de Comunicação, Articulação e Divulgação: não há; Comissão Especial para  
464 Revisão da Lei nº 2.043/2010 e Regimento Interno: não há; Comissão de Ética: não há;  
465 Comissão de Orçamento e Fundo: não há; Comissão de Mobilização e Estudo do CPA: não há;  
466 Comissão Especial de Revisão do Plano de Ação Municipal de Atendimento à Criança e ao  
467 Adolescente (2026 a 2029): não há. Comissão Especial Organizadora da X Conferência  
468 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: não há. **Item de Pauta F – Relatos dos**  
469 **representantes do CMDCA em Comissões e Conselhos:** Comissão Intersetorial de  
470 Socioeducação: não há; Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária: A Sra.  
471 Kaira informa que foi realizada reunião no dia 11/03/2026 e 20/01/2026, na qual a comissão se  
472 debruçou sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, e no quadro de metas;  
473 Conselho Municipal de Educação – CME: não há; Comitê Intersetorial da Primeira Infância: não  
474 há; Comissão Intersetorial de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: não há; Comissão  
475 Municipal de Estudo e Diagnóstico de Crianças e Adolescentes em situação de violência: não  
476 há; Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal para Acompanhamento e monitoramento do POM  
477 – Plano Operativo Municipal: não há. **INFORMES – Item de informe A - Curso de Formação**  
478 **aos Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente da**  
479 **Secretaria do Desenvolvimento Social e Família:** A Sra. Kaira informa que a Secretaria de  
480 Desenvolvimento Social e Família do Estado do Paraná, escolheu a cidade de Toledo para

481 sediar esse curso e faz a leitura dos objetivos do curso. **Item de informe B - Encontro Nacional**  
482 **do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:** A Sra.  
483 Arceli e o Sr. Rian relatam uma boa experiência falando um pouco sobre o evento, que visou  
484 garantir e fortalecer os direitos de crianças e adolescentes de todo o país, e promoveu um  
485 espaço de diálogo e protagonismo adolescente. **Item de pauta C - Outros informes:** O Sr. Rian  
486 explica que, na última reunião do CEDCA, foi aprovada a proposta do governo de que as  
487 entidades que não possuíam registro no CMDCA deverão ser incluídas em uma lista para que  
488 atendam aos novos critérios estabelecidos. A Sra. Kaira agradece a presença de todos e encerra  
489 a reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, a qual será encaminhada por  
490 e-mail aos conselheiros para eventuais apontamentos e na próxima reunião ordinária deste  
491 conselho, a ata será aprovada e assinada pelos presentes.